

Privatizar ou estatizar área de saúde é dilema que Constituinte vai debater

DACIO NITRINI
Da Reportagem Local

Sérgio Tomisaki - 23.nov.87

J. A. Fonseca - 28.mar.87

Os limites da atuação do empresário na área do atendimento médico estão em jogo. Nesta semana, o Congresso constituinte deve votar o capítulo da Seguridade Social, que inclui as seções da saúde, previdência e assistência social. Dois projetos se contrapõem: o da Comissão de Sistematização e o do Centrão.

O primeiro estipula que a saúde é um dever do Estado, assegurado através do funcionamento de um sistema nacional único. Define que a iniciativa privada pode participar de forma supletiva desse sistema através de contrato de direito público, com preferência para as entidades filantrópicas. E veda a destinação de recursos públicos para investimentos em instituições privadas com fins lucrativos.

A proposta do Centrão conta com apoio irrestrito de representantes do setor médico privado, que tacham o projeto da Sistematização de estatizante e, conseqüentemente, ineficaz. Dizem que ele aniquila a idéia do consultório particular, subordina as empresas de saúde ao Estado através de um contrato que as torna semelhantes a concessionárias de linhas de ônibus e que as discrimina, impedindo formas de financiamento que o governo usa para qualquer outro tipo de empresa.

Os lobbies das duas posições atuam a todo vapor. Nos últimos quatro dias, em Goiânia (GO), a Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), entidade que congrega 180 das cerca de 300 empresas de convênio brasileiras, reuniu-se para articular suas formas finais de pressão junto aos parlamentares. Uma tarefa um pouco mais complexa depois que o deputado federal peemedebista Carlos Sant'Anna, líder do governo na constituinte, anunciou ser favorável ao projeto da Sistematização. "Ele está sendo incongruente, é liberal em tudo, menos na questão da saúde, onde ele é estatizante", afirma Mário Martins Filho, 44, presidente da Abramge. Sant'Anna é casado com a sanitária Fabíola Nunes, uma das principais lideranças de sua categoria, apontada como a responsável pela posição do marido.

Apoio à Sistematização

Os defensores do projeto da Sistematização ficam irritados quando ouvem dizer que ele estatiza. Na terça-feira passada, em Brasília, houve o encontro da 2ª Plenária Nacional de Saúde, com 60 representantes de diversas regiões do país, para angariar apoio ao projeto da Sistematização. Entre eles estava Sérgio Arouca, 45, presidente da Fundação Oswaldo Cruz, do Rio. Na sua opinião, o texto da Sistematização não é estatizante e nem é a medicina privada quem o ataca. "É aquela parte de empresários que se locupletou com a mercantilização, é um setor dependente, sempre atrelado ao Estado, que construiu hospitais com recursos estatais, a fundo perdido, responsável pelo Brasil ser o campeão de Cezarianas e de ter a qualidade de sangue que tem."

Para Arouca, no texto da Sistematização está garantida a iniciativa privada competente e o espaço para o exercício da medicina liberal. Mas Chafic Farhat, 46, presidente do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo, integrado por cerca de 10 mil estabelecimentos, inclusive la-



O secretário José Aristodemo Pinotti



Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz



Mário Martins Filho, da Abramge

boratórios de análises e clínicas médicas, vai ao texto do projeto da Sistematização para mostrar princípios que qualifica de estatizantes. "Veja o primeiro parágrafo do artigo 234: cabe ao poder público a regulamentação, a execução e o controle das ações e serviços de saúde."

Um levantamento do Sindicato dos Hospitais indica que em todo o Brasil, a livre iniciativa atende 85% das internações e de 60% a 65% das consultas médicas em ambulatórios. A palavra "execução" contida no texto lido por Farhat, diz ele, "fecha o cerco contra a iniciativa privada".

Um dos objetivos principais da Sistematização é o de aumentar o grau de rigidez nas contratações de empresas médicas que queiram prestar serviços ao governo. José Aristodemo Pinotti, 53, secretário estadual da Saúde, responsável pela implantação em São Paulo do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), diz que não sabe se a forma de contrato explicitada no texto da Sistematização é a melhor, "mas penso que o substitutivo no geral garante que o serviço seja de boa qualidade e atenda as necessidades da população".

O texto do Centrão deixa de lado a expressão "sob as condições estabelecidas em contrato de direito público". E isto manteria o mesmo esquema que está em vigor, "um contrato privado, onde os hospitais atendem o que querem e mandam a conta no final do mês, porque eles têm um teto e abaixo dele fazem o que bem entendem", afirma Pinotti.

Os hospitais acabam selecionando



Carlos Sant'Anna, líder na Constituinte

a demanda em função de interesses exclusivamente econômicos, descreve Pinotti, encarregado de transformar o atendimento médico à população de São Paulo, pois recebeu toda a estrutura que o Inamps mantinha no Estado e está repassando-a aos municípios. E dele, portanto, a responsabilidade pela fiscalização dos serviços que os hospitais, privados ou não, prestam aos segurados do Inamps.

Comportamento mercantil

A maior parte dos hospitais particulares contratados do Inamps adota um comportamento mercantilista. "Agora as internações hospitalares podem ser divididas nas que trazem risco para a sanidade econômica do hospital e as que não têm risco", diz Pinotti. Uma cirurgia simples, de hérnia, por exemplo, dá lucro certo e o paciente consegue atendimento imediato. "Agora, um procedimento complexo, como câncer de útero ou de pâncreas, sujeito a internações prolongadas e complicações, é de alto risco para o hospital", afirma o secretário.

Assim, há hospitais que alegam falta de vaga para internações que podem não gerar lucro. "Não estou acusando os hospitais, estou acusando o Estado por não ter mecanismo de controle, porque sempre que houver contrato com empresa privada deve haver lucro. O que não pode é haver mecanismos que prejudiquem a saúde para se obter lucro." Pinotti acha que, por outro lado, o Estado tem que pagar um preço bom pelos procedimentos médicos.

O valor pago pelo governo aos hospitais privados que atendem segurados do Inamps é exatamente um dos pontos agitados por Farhat na campanha pró-Centrão. Ele distribuiu um impresso que tem o título "Acredite se quiser" comparando o valor de uma diária do Inamps, em fevereiro, que era de Cz\$ 453,00 com o de uma diária completa paga pelo governo estadual aos fornecedores de alimentação para presos de cadeias públicas. Segundo o "Diário Oficial" de 9 de março, elas atingiram Cz\$ 913,00. "É por isso que os hospitais estão diminuindo os leitos para atender segurados do Inamps", diz Farhat.

O direito público resguarda melhor os interesses sociais, diz Gabriel Oselka, vice-presidente do Conselho Federal de Medicina. E por isso que ele é usado na contratação de serviços considerados essenciais como transportes e telecomunicações, afirma Oselka. Ele cita como exemplo o caso das empresas concessionárias de linhas de ônibus que, no final da gestão do ex-prefeito de São Paulo, Mário Covas (de 1983 a 1985), sofreram intervenção por fazer locaute. "Elas foram saneadas e, posteriormente, devolvidas a seus proprietários." Num outro tipo de contrato isto não ocorreria.

Incompetência

Mário Martins Filho, da Abramge, acha que o Estado já dispõe de todos os instrumentos fiscalizadores mas não os utiliza "por pura incompetência". E diz que a maior prova de que o governo falhou no setor de saúde é exatamente o crescimento dos convênios de empresas com a chamada "medicina de grupo". Num contrato com elas, os recolhimentos de lei previstos para a Previdência Social continuam sendo feitos. E são pagas complementações, tanto pelos empresários como pelos empregados. "Por que eles querem isso, pagar duas vezes? Porque eles preferem nossos serviços e não os governamentais", afirma.

A Abramge critica o texto da Sistematização por impedir a destinação de recursos públicos para subvencionar instituições privadas com fins lucrativos. A posição do secretário Pinotti, especificamente neste item, é intermediária. Para ele, deve haver uma gradação. Os grupos privados poderiam ser financiados com juros a preço de mercado. Os filantrópicos a juros subsidiados e os públicos, obviamente, livres deles.

Pinotti enxerga a existência do que qualifica de "situação peculiar da constituinte na área da Saúde". Ele observa que a prática avançou mais do que a legislação, referindo-se ao Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, um programa que já está em andamento. "A constituinte não deve atrapalhar o que está dando certo." Mas há um trecho do projeto do Centrão que pode pôr tudo a perder. É o parágrafo primeiro do artigo 230, que abre a possibilidade de o financiamento do sistema único ser feito com recursos da seguridade do orçamento da União.

O projeto da Sistematização explicita que os recursos serão da seguridade, Estados, Distrito Federal, territórios e municípios. Só dessa maneira, afirma Pinotti, daria certo o Suds, que tem sua pedra de toque na municipalização da gerência e execução do atendimento médico.